

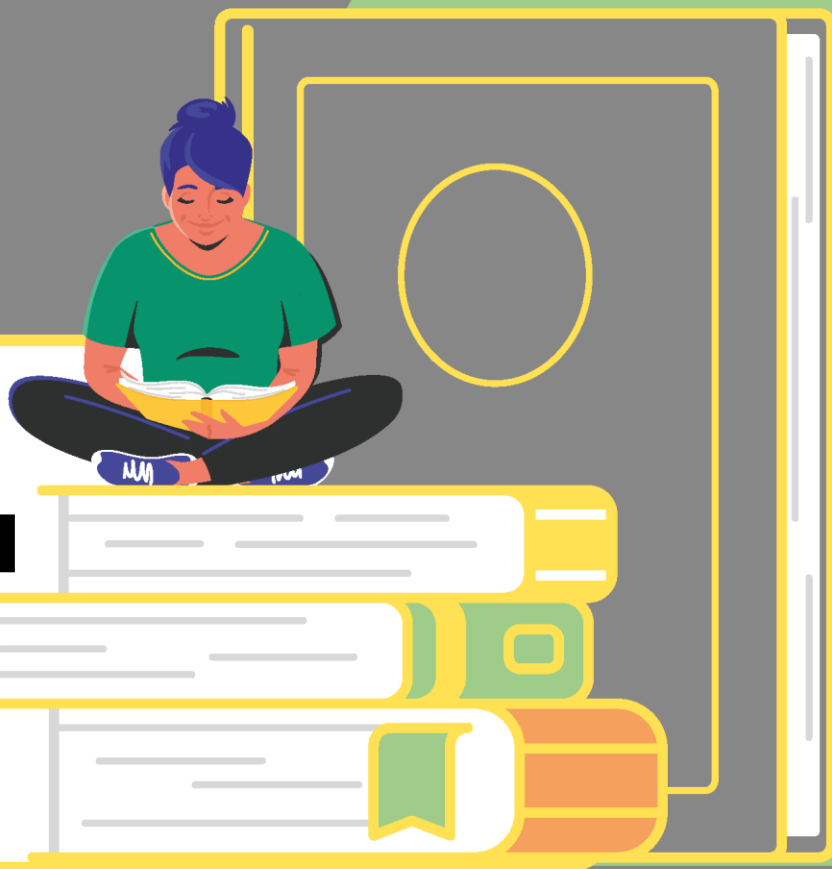
Plano de Estudos

cesec

Língua Portuguesa

Ensino Fundamental

Módulo III



ESCOLA DE FORMAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
DE EDUCADORES DE MINAS GERAIS



EDUCAÇÃO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Secretário de Estado de Educação

Igor de Alvarenga Oliveira Icassatti Rojas

Secretária Adjunta

Fernanda de Siqueira Neves

Subsecretária de Desenvolvimento da Educação Básica

Kellen Silva Senra

Superintendência de Políticas Pedagógicas

Rosely Lúcia de Lima

Diretoria de Modalidades de ensino e Temáticas Especiais

Fabiana Benchetrit dos Santos

Coordenação da Educação de Jovens e Adultos

Denise Jacqueline Silva Oliveira

Superintendente da Escola de Formação e Desenvolvimento

Profissional de Educadores

Graziela Santos Trindade

Diretora da Coordenadoria de Ensino da EFE

Janeth Cilene Betônico da Silva

Elaboração e construção

Professores Formadores da Escola de Formação e Desenvolvimento

Profissional de Educadores

Revisão

Equipe Pedagógica e Professores Formadores da Escola de Formação e

Desenvolvimento Profissional de Educadores

Supervisão

Juliano Alves Andrade

Silene Gelmini Araújo Veloso

Prezado Estudante,

Prezado Estudante,

Você está recebendo o **Plano de Estudos de Língua Portuguesa – Ensino Fundamental Módulo III**. Nele você encontrará conteúdos e propostas didáticas que o ajudarão a desenvolver habilidades fundamentais para o prosseguimento ou conclusão de seus estudos.

O material foi elaborado considerando o seu perfil, trajetória de vida, interesses, objetivos e necessidades. Neste Plano de Estudos você encontrará uma diversidade de textos, imagens, vídeos, músicas, questões, exercícios e outras propostas pedagógicas que foram elaboradas pensando em favorecer o seu processo de aprendizagem.

Você deverá desenvolver as atividades didáticas aqui propostas a partir dos suportes disponibilizados neste material e no Google classroom. Porém, para o esclarecimento de qualquer dúvida ou para uma assessoria mais personalizada para a compreensão de conceitos ou realização das questões você pode contar com a orientação de estudos feita pelo professor orientador da aprendizagem do CESEC em que você está matriculado.

Desejamos que seus objetivos possam ser alcançados e que você continue em seu percurso escolar com sucesso.

Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

SUMÁRIO

TEMA DE ESTUDO: Leitura e Análise Linguística/Semiótica	05
TEMA DE ESTUDO: Leitura e Análise Linguística/Semiótica	15
TEMA DE ESTUDO: Leitura e Análise Linguística/Semiótica	26
REFERÊNCIAS:	33

MODULO NÚMERO III DE ESTUDO CESEC

Referência: Ensino Fundamental

Ano Letivo: 2025

Área de Conhecimento: Linguagens

Componente Curricular: Língua Portuguesa

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EF67LP15X) Identificar e compreender a proibição imposta ou o direito garantido, bem como as circunstâncias de sua aplicação, em artigos relativos a normas, regimentos escolares, regimentos e estatutos da sociedade civil, regulamentações para o mercado publicitário, Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito, ECA, Constituição, dentre outros.

(EF69LP27A) Analisar a forma composicional de textos pertencentes a gêneros normativos/jurídicos e a gêneros da esfera política, tais como propostas, programas políticos (posicionamento quanto a diferentes ações a serem propostas, objetivos, ações previstas etc.), propaganda política (propostas e sua sustentação, posicionamento quanto a temas em discussão).

Unidade Temática:

- Leitura
- Análise Linguística/Semiótica

Objeto de Conhecimento:

- Estratégias e procedimentos de leitura em textos legais e normativos.
- Reconstrução das condições de produção.
- Modalização.

Olá, estudante!

Neste plano de estudos, vamos falar sobre os **textos dos gêneros normativos/jurídicos**, analisando sua forma composicional, para que possamos compreender a proibição imposta ou o direito garantido por eles. Ou seja, vamos ver como esses textos são formados (como é o formato deles) e vamos também compreender suas funções:

- Impor uma proibição;
- Garantir o direito de alguém.

Os **textos normativos e jurídicos** contribuem para a organização e funcionamento da sociedade. Podem abranger uma variedade de documentos, como regulamentos e normas técnicas, leis e códigos. Fornecem detalhes específicos sobre a implementação e aplicação das leis. Estabelecem as normas gerais que regem uma nação, definindo os direitos e deveres dos cidadãos, além de delinear as estruturas legais e institucionais.

Esses textos proporcionam segurança às relações humanas, uma vez que delineiam direitos, deveres e normas de comportamento na vida social. Eles orientam sobre como agir em conformidade com a lei, especificando as punições para aqueles que desrespeitam as regras, além de oferecerem diretrizes para assegurar os direitos estabelecidos.

Estabelecem critérios para a resolução de conflitos, promovendo a justiça e a equidade. Ao proporcionar clareza e precisão na expressão das leis, regulamentos e contratos, eles contribuem para a estabilidade e segurança jurídica, fundamentais para o bom funcionamento de uma sociedade organizada. Em última análise, são instrumentos essenciais para a preservação da ordem, garantindo a proteção dos direitos individuais e o estabelecimento de padrões éticos e legais que sustentam a sociedade.

Veja um exemplo de “**proibição imposta** ou **direito garantido**”.

1,O trabalho infantil

A criança não deve trabalhar por vários motivos:

- Trabalhar em idade precoce pode prejudicar o acesso e a qualidade da educação das crianças.
- Crianças que trabalham têm maior probabilidade de abandonar a escola ou ter um desempenho acadêmico inferior devido ao cansaço, falta de tempo para estudar e dificuldades em conciliar trabalho e estudos.
- O trabalho infantil pode ser prejudicial ao desenvolvimento físico, mental e emocional das crianças.
- Crianças precisam de tempo para brincar, socializar e desenvolver habilidades sociais e emocionais que são fundamentais para a vida adulta.

- O trabalho infantil pode ter consequências a longo prazo na saúde física e mental das crianças, prejudicando seu desenvolvimento integral e futuro bem-estar.

Então, é um **direito da criança** não trabalhar. Como garantir esse direito da criança?

A forma de garantir o direito da criança, nesse caso, é proibindo o trabalho infantil, ou seja, criando uma **proibição imposta** pela lei.

Atenção!

No Brasil, é permitido o trabalho de menores de quatorze anos **SOMENTE NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ**.

O programa de menor aprendiz é uma iniciativa que visa a inserir jovens no mercado de trabalho de forma legal, segura e educativa, proporcionando-lhes a oportunidade de adquirir experiência prática aliada à formação teórica. ESSE TIPO DE TRABALHO É REGULAMENTADO POR LEIS ESPECÍFICAS QUE BUSCAM GARANTIR OS DIREITOS E A PROTEÇÃO DOS JOVENS APRENDIZES.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil (a lei mais importante), servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

Leia um trecho da Constituição Federal:

Capítulo II - Dos Direitos Sociais

Art. 6º

XXXIII - proibição [...] de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;

(BRASIL, 1988)

Agora, leia um trecho do Capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA:

Capítulo V

Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. (Vide Constituição Federal)

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

(BRASIL, 2022)

A Constituição Federal impõe uma proibição ao trabalho de menores de quatorze anos, e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA confirma essa proibição.

No Capítulo V, Artigo 61, do ECA, há uma informação de que os detalhes na lei, que garantem os direitos dos adolescentes com relação ao trabalho, são regulados por uma legislação especial (outras leis que apresentam, com mais detalhes, as condições nas quais os menores de quatorze anos podem trabalhar)

A modalização nos textos normativos/jurídicos

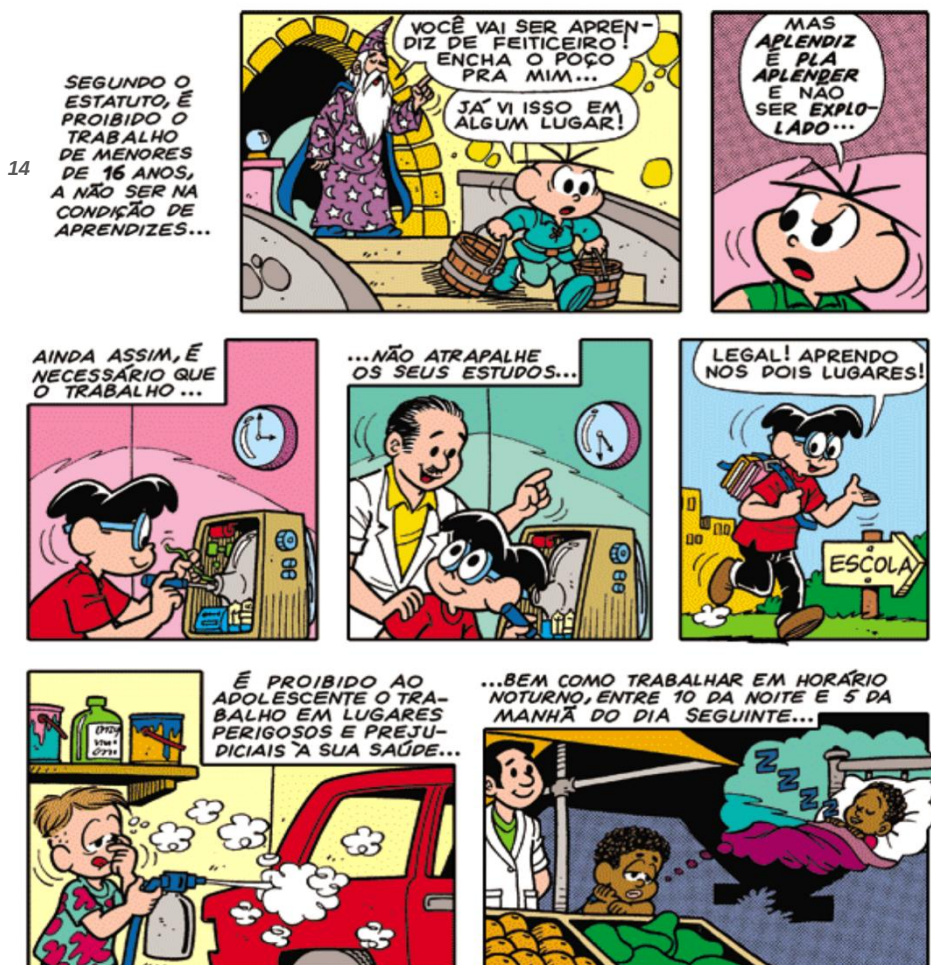
A modalização é caracterizada pelas condições de **permissão, obrigação e proibição**, presentes nos textos normativos/jurídicos.

Há, nos textos, expressões que indicam que determinada ação ou determinado comportamento é **permitido**, ou é **obrigatório**, ou é **proibido**. Isso ocorre para deixar claro que há direitos e deveres no convívio social, regulamentados pelos textos jurídicos.

Exemplos de modalização:

- Permissão: “É permitida a entrada de menores acompanhados de adultos responsáveis”.
- Obrigação: “Faça silêncio no hospital.”
- Proibição: “Não é permitido fumar em recintos fechados.”

Observe o mesmo tema (o mesmo assunto) sendo abordado em outro gênero textual: a tirinha.



Copyright © 2006 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

Fonte: (A TURMA, 2012)

Veja como a modalização é caracterizada na tirinha lida:

Condição de permissão	É permitido aos menores de 14 anos trabalhar na condição de aprendiz, desde que não atrapalhe seus estudos.	Quadrinhos 3, 4 e 5
Condição de obrigação	Quem for contratar um menor de 14 anos para trabalhar é obrigado a contratá-lo na condição de aprendiz.	Texto no início da tirinha e quadrinho 1
Condição de proibição	É proibido permitir que o menor de 14 anos trabalhe em lugares perigosos e prejudiciais à saúde e em horário noturno.	Quadrinhos 6 e 7

Agora, você irá ler três exemplos de textos de leis.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

SEÇÃO III Do Desporto

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

(BRASIL, 1988)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA

Seção II

Da Família Natural

Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 26. Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.

Parágrafo único. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.

(BRASIL, 2022)

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

CAPÍTULO VI

Dos Meios de Comunicação

Art. 43. A produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural e a participação da população negra na história do País.

Art. 44. Na produção de filmes e programas destinados à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, deverá ser adotada a prática de conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros, sendo vedada toda e qualquer discriminação de natureza política, ideológica, étnica ou artística.

Parágrafo único. A exigência disposta no *caput* não se aplica aos filmes e programas que abordem especificidades de grupos étnicos determinados.

Art. 45. Aplica-se à produção de peças publicitárias destinadas à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas o disposto no art. 44.

Art. 46. Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista federais deverão incluir cláusulas de participação de artistas negros nos contratos de realização de filmes, programas ou quaisquer outras peças de caráter publicitário.

§ 1º Os órgãos e entidades de que trata este artigo incluirão, nas especificações para contratação de serviços de consultoria, conceituação, produção e realização de filmes, programas ou peças publicitárias, a obrigatoriedade da prática de iguais oportunidades de emprego para as pessoas relacionadas com o projeto ou serviço contratado.

§ 2º Entende-se por prática de iguais oportunidades de emprego o conjunto de medidas sistemáticas executadas com a finalidade de garantir a diversidade étnica, de sexo e de idade na equipe vinculada ao projeto ou serviço contratado.

§ 3º A autoridade contratante poderá, se considerar necessário para garantir a prática de iguais oportunidades de emprego, requerer auditoria por órgão do poder público federal.

§ 4º A exigência disposta no *caput* não se aplica às produções publicitárias quando abordarem especificidades de grupos étnicos determinados.

(BRASIL, 2010)

Observe a forma composicional (a estrutura) desse gênero textual:

Faça uma análise e identifique a forma de organização e a hierarquização de seus itens e subitens e suas partes:

- parte inicial (título – nome e data – e ementa);
- blocos de artigos (parte, livro, capítulo, seção, subseção);
- artigos (caput e parágrafos e incisos);
- parte final (disposições pertinentes à sua implementação).

ATIVIDADES

Observe a seguinte imagem. Depois responda à questão 1.

Direitos



Fonte: (RODRIGUES, 2018)

1. Explique sobre a ironia presente no pedido da mulher.

Sobre o gênero texto jurídico, responda às questões de 2 a 5:

2. Onde você encontra os textos jurídicos?

3. Quem costuma produzir esses textos?

4. Qual é objetivo desses textos?

5. Para quem é produzido esses textos?

Para responder à questão 6, leia o seguinte trecho da Constituição Federal.

Direitos e Garantias Fundamentais

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (EC nº 45/2004)

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

(BRASIL, 1988)

Com base na análise da forma composicional e da linguagem desse trecho de um texto pertencente à esfera jurídica, responda:

A) De que maneira ele é organizado?

B) A linguagem utilizada é formal ou informal? Justifique sua resposta com exemplos do trecho.

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EF67LP17) Analisar, a partir do contexto de produção, a forma de organização das cartas de solicitação e de reclamação (datação, forma de início, apresentação contextualizada do pedido ou da reclamação, em geral, acompanhada de explicações, argumentos e/ou relatos do problema, fórmula de finalização mais ou menos cordata, dependendo do tipo de carta e subscrição) e algumas das marcas linguísticas relacionadas à argumentação, explicação ou relato de fatos, como forma de possibilitar a escrita fundamentada de cartas como essas ou de postagens em canais próprios de reclamações e solicitações em situações que envolvam questões relativas à escola, à comunidade ou a algum dos seus membros.

(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais elas devem ser usadas.

(EF07LP08) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, adjetivos que ampliam o sentido do substantivo sujeito ou complemento verbal.

(EF07LP09) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, advérbios e locuções adverbiais que ampliam o sentido do verbo núcleo da oração.

(EF67LP32) Escrever palavras com correção ortográfica, obedecendo às convenções da língua escrita.

(EF67LP33) Pontuar textos adequadamente.

Unidade Temática:

- Leitura
- Análise Linguística/Semiótica

Objeto de Conhecimento:

- Relação entre contexto de produção e características composicionais e estilísticas dos gêneros (carta de solicitação, carta de reclamação, petição on-line, carta aberta, abaixo-assinado, proposta etc.).
- Variação linguística.
- Morfossintaxe.
- Fono-ortografia.
- Elementos notacionais da escrita.

Estudante!

Nesta parte do caderno, vamos falar sobre as **cartas de solicitação e de reclamação**, relacionando o contexto de produção e as características

composicionais e estilísticas desses gêneros.

Vamos, então, entender em quais situações essas cartas são produzidas (escritas) e qual é a sua estrutura (como deve ser o estilo da escrita e qual é o formato das cartas).

As **cartas de solicitação e de reclamação** fazem parte do gênero textual **carta argumentativa**.

A **carta argumentativa** é um texto usado para defender um ponto de vista do remetente para um destinatário. Este gênero textual é de grande relevância na sociedade, pois permite que cidadãos expressem suas opiniões sobre diversos temas e encaminhem suas observações a diferentes destinatários, como instituições privadas, representantes públicos ou jornais. O objetivo da carta argumentativa é apresentar e defender o ponto de vista de quem a escreve, promovendo o diálogo e a reflexão sobre questões importantes.

É aquela que apresenta uma reclamação e/ou solicitação, justificando-a com argumentos. Tem finalidade persuasiva, pois pretende convencer o destinatário (normalmente uma autoridade ou pessoa responsável) a tomar determinada atitude a fim de solucionar o problema.

(SARMENTO, 2006, p. 244)

Portanto, a importância das **cartas de solicitação e de reclamação** reside na capacidade de formalizar e documentar as demandas das pessoas, permitindo que busquem seus direitos de forma adequada e respaldada por comprovação.

Veja um exemplo de **carta de solicitação**:

Feliz Cidade, 1º de abril de 2020.

À Escola Estadual Astrúbal Benevides.

Assunto: **Pedido de uso de espaço da escola.**

Sr^a. Diretora Madelena da Silva,

Venho, cordialmente, solicitar a essa escola, a utilização do Auditório Fagundes da Silva, para a realização de uma palestra para pais e comunidade geral, no dia 10 de maio, deste ano, das 14h às 17h.

O evento será realizado em prol da comunidade local, com entrada gratuita.

Coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais, declarando que as informações aqui apresentadas são verdadeiras e aptas à comprovação, caso necessário.

Atenciosamente,
Zebedeu Ozório.

Texto fictício para fins pedagógicos.
GONÇALVES, 12 abr. 2024

Observe a seguinte estrutura da carta argumentativa:

Indicação de cidade em que está o autor e data:

Feliz Cidade, 1º de abril de 2020.

Marcação de quem é o interlocutor (destinatário):

À Escola Estadual Astrúbal Benevides.

Vocativo:

Sr^a. Diretora Madelena da Silva,

Apresentação da solicitação ou da reclamação com argumentação:

- É o núcleo da carta e costuma ser composto de dois ou três parágrafos.
- Nas cartas de reclamação, o histórico do que aconteceu é fundamental para convencer o interlocutor de sua responsabilidade no problema e, claro, deve ser escrito no passado.

Venho, cordialmente, solicitar a essa escola, a utilização do Auditório Fagundes da Silva, para a realização de uma palestra para pais e comunidade geral, no dia 10 de maio, deste ano, das 14h às 17h.

O evento será realizado em prol da comunidade local, com entrada gratuita.

Coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais, declarando que as informações aqui apresentadas são verdadeiras e aptas à comprovação, caso necessário.

Encerramento (expressão de despedida):

Atenciosamente,

Assinatura e nome do remetente:

Zebedeu Ozório.

Atenção!

Para escrever cartas argumentativas (de solicitação e de reclamação), deve-se fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão da língua portuguesa, utilizando uma linguagem clara.

Você leu e analisou a forma de organização (a estrutura) de uma carta de solicitação.

A seguir, leia um exemplo de **carta de reclamação**:

Feliz Cidade, 23 de setembro de 2020.

Ao programa “A nossa cidade”

Prezados Senhores,

Moro na rua Encanto, esquina com a avenida Magia, no bairro Maravilhas. Há cerca de três meses, foi solicitado à prefeitura o conserto de um buraco enorme aqui na esquina com a rua Lateral.

Acontece que, desde então, durante todo o dia e, principalmente à noite, quando os veículos passam, é possível ouvir um forte “estrondo”, que incomoda muito e, à noite, chega a impedir o sono.

No último dia 10/09, entrei em contato com a prefeitura, que, alegou se tratar de um dano causado por vazamento subterrâneo de água, orientou-me a ligar para o “Ligue Água” (08007220359). Feita a reclamação (Protocolo 3101117/2), a atendente me informou o prazo de quatro dias para verificação do problema. Como após esse prazo nenhuma obra foi iniciada ou qualquer providência foi tomada, liguei novamente e me informaram que a equipe técnica enviada ao local, constatou que o problema era um adutor de água pluvial. Disseram-me que eu deveria, portanto, voltar a falar com a prefeitura e informar isso a eles! Ou seja: eu, consumidora,

deveria intermediar uma informação técnica que deveria correr entre as equipes técnicas das duas prestadoras de serviço.

Ainda que tenha achado absurda a situação, liguei para a prefeitura (08007272122) e novamente expliquei toda a situação (Protocolo 310799080/9).

Cerca de uma hora depois, no início da tarde de 19/9, recebi uma ligação (em meu trabalho) da equipe de emergência que havia se dirigido ao local, perguntando do que se tratava!

Repeti toda a história. Obviamente, o buraco permanece lá, impávido.

Afinal, quem solucionará o problema?

Grata,

Zeferina Ambrósia

(BALTHASAR, 2018a, p.223 – Adaptada).

A estrutura organizacional dessa carta que você leu agora (carta de reclamação) é a mesma da carta que você leu anteriormente (carta de solicitação).

Veja o quadro:

ESTRUTURA DA CARTA ARGUMENTATIVA: CARTA DE SOLICITAÇÃO E CARTA DE RECLAMAÇÃO

1. Indicação de cidade em que está o autor e data:

2. Marcação de quem é o interlocutor (destinatário):

3. Vocativo:

4. Apresentação da solicitação ou da reclamação com argumentação:

- É o núcleo da carta e costuma ser composto de dois ou três parágrafos.
- Nas cartas de reclamação, o histórico do que aconteceu é fundamental para convencer o interlocutor de sua responsabilidade no problema e, claro, deve ser escrito no passado.

5. Encerramento (expressão de despedida):

6. Assinatura e nome do remetente:

Aproveite esse quadro e faça uma análise da carta de reclamação que você leu, preenchendo os itens de números 1 a 6 em seu caderno.

Continuando a abordagem sobre a estrutura organizacional desse gênero textual, é importante considerar que para escrever bem uma carta argumentativa (de solicitação ou de reclamação), há alguns recursos que devem ser usados, com o objetivo de reforçar o que está sendo dito:

1. Um dos recursos, como já dissemos, é **fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão** da língua portuguesa, utilizando uma linguagem clara.
2. É necessário **escrever palavras com correção ortográfica**, obedecendo às convenções da língua escrita.
3. Também é preciso **pontuar os textos adequadamente**.
4. Outro recurso importante é o **uso de adjetivos e de advérbios**, que ajudam a **ampliar o sentido dos substantivos e dos verbos**.

Obs.: Se você não está lembrado dos conceitos de “adjetivos”, “advérbios”, “substantivos” e “verbos”, faça uma pesquisa sobre CLASSES DE PALAVRAS ou CLASSES GRAMATICAIS. Se ainda assim estiver com dúvidas, procure o(a) seu(sua) professor(a), que irá ajudar você.

Perceba como pode ocorrer o uso de adjetivos e de advérbios, ajudando a ampliar o sentido dos substantivos e dos verbos.

Releia o seguinte trecho da carta de reclamação:

“Acontece que, desde então, durante todo o dia e, principalmente à noite, quando os veículos passam, é possível ouvir um **forte “estrondo”**, que **incomoda muito** e, à noite, chega a impedir o sono.”

Observe os termos em destaque:

- **forte “estrondo”** □ a palavra “forte” é um **adjetivo**; e a palavra “estrondo” é um **substantivo**.
- **incomoda muito** □ a palavra “incomoda” é um **verbo**; e a palavra “muito” é um **advérbio**.

Então, fazendo uma análise, percebe-se que:

- o **adjetivo** “forte” é usado para ampliar (aumentar) o sentido do **substantivo** “estrondo”.

Ou seja, não se trata somente de um “estrondo” qualquer, e sim de um “forte estrondo”.

- o **advérbio** “muito” é usado para ampliar (aumentar) o sentido do **verbo** “incomoda”.

Ou seja, o estrondo não “incomoda” somente um pouco, e sim “incomoda muito”.

ATIVIDADES

1. Você vai ler dois textos que são exemplos de cartas argumentativas. Veja se, apenas realizando a leitura deles, consegue identificar qual poderia ser classificado como uma carta de solicitação e qual seria uma carta de reclamação.

Em seguida responda aos itens: **A), B) e C).**

TEXTO 1

*ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL GRADUADA
SÃO PAULO, 7 DE MAIO DE 2011.*

Aos pais ou responsáveis.

Senhores,

Em organização dos prontuários escolares, percebemos que o comprovante de endereço de sua casa é antigo. Solicitamos que, por gentileza, encaminhem por seu filho uma nova cópia de comprovante de endereço (conta de luz, água ou telefone).

É importante para a emissão de documentos da vida escolar de seu filho que essa informação esteja atualizada.

Além disso, o endereço correto garante que, em caso de necessidade, possamos levar a criança até sua residência.

Certa da cooperação de vocês, agradeço.

Herika Martins (Diretora)

(BALTHASAR, 2018a, p.223 - Adaptada)

TEXTO 2

São Paulo, 5/9/2008.

À “A cidade é sua”:

Prezados Senhores,

Moro na rua XXXX, esquina com a avenida YYYY, no bairro do Cambuci. Há cerca de três meses, foi feita a troca de algumas lâmpadas de rua, de mercúrio para sódio, no trecho da L F que vai da minha rua ao quarteirão seguinte. Acontece que, desde então, durante toda a noite, quando cessa o movimento de veículos, é possível ouvir um forte “zumbido” (de uma das lâmpadas? de algum transformador?) que chega a impedir o sono. Desde então, só consigo dormir se recorrer aos incômodos “protetores auriculares” usados em indústrias.

No último dia 27/8, entrei em contato com a Eletropaulo, que, por se tratar de um problema de iluminação pública, me orientou a ligar para o “Ligue Luz” (08007220156). Feita a reclamação (Protocolo 101119/2), a atendente me informou o prazo de quatro dias para verificação do problema. Como após esse prazo o barulho continuou, liguei novamente e me informaram que a equipe técnica enviada ao local constataram que o problema era um transformador que pertence à Eletropaulo! Disseram-me que eu deveria, então, voltar a falar com a Eletropaulo e informar isso a eles! Ou seja: eu, consumidora, deveria intermediar uma informação técnica que deveria correr entre as equipes técnicas das duas prestadoras de serviço.

Ainda que tenha achado absurda a situação, liguei para a Eletropaulo (08007272120) e novamente expliquei toda a situação (Protocolo 778080902).

Cerca de uma hora depois, no início da tarde de 2/9, recebi uma ligação (em meu trabalho) da equipe de emergência que havia se dirigido ao local, perguntando do que se tratava!

Expliquei que o barulho ocorre durante a noite, e que não tenho como saber o ponto exato de sua origem. Só sei que surgiu desde a troca das lâmpadas, e que tem tirado o meu sono. Obviamente, o barulho continua, impávido.

Afinal, quem solucionará o problema?

Grata,

XYRZ

(BALTHASAR, 2018a, p.223 - Adaptada)

Responda:

A) Qual texto é classificado como carta de solicitação?

B) Qual é classificado como carta de reclamação?

C) Para você perceber mais as diferenças entre os dois tipos de carta, analise cada uma com base nos itens sugeridos no quadro a seguir. Marque as colunas (Texto 1) e (Texto 2) de acordo com sua análise.

ITENS	TEXTO 1	TEXTO 2
Linguagem mais objetiva.		
Linguagem mais emotiva.		
Maior exploração de recursos de pontuação.		
Menor exploração de recursos de pontuação.		
Dirige-se ao interlocutor de modo respeitoso.		
Dirige-se ao interlocutor de modo mais frio.		
Faz um pedido.		
Faz uma reclamação.		
Apresenta um histórico do problema.		
O autor argumenta para convencer o interlocutor a colaborar no atendimento do pedido.		

O autor argumenta para convencer o interlocutor de que ele é responsável por um problema, um prejuízo, e que deve, portanto, resolvê-lo.		
Traz referências de data e lugar.		
O autor despede-se de modo cordial, pedindo colaboração.		
O autor encerra fazendo uma exigência. É uma carta de solicitação. É uma carta de reclamação.		
Linguagem mais objetiva.		
Linguagem mais emotiva.		

2. Reveja o texto 1. Que argumentos a autora usou para defender a importância da atualização dos endereços dos estudantes?

3. Você acha que esses argumentos são bons para convencer os pais? Por quê?

4. Reveja o texto 2. Que argumentos a autora usou para convencer os interlocutores de que está sendo prejudicada pelo barulho?

5. Explique que tipo de argumento ela usa para convencer os interlocutores de que o problema não havia recebido ainda a atenção necessária.

6. Para cada uma das cartas (texto 1 e texto 2), preencha o quadro a seguir:

**ESTRUTURA DA CARTA ARGUMENTATIVA:
CARTA DE SOLICITAÇÃO E CARTA DE RECLAMAÇÃO**

1. Indicação de cidade em que está o autor e data:

2. Marcação de quem é o interlocutor (destinatário):

3. Vocativo:

4. Apresentação da solicitação ou da reclamação com argumentação:

- É o núcleo da carta e costuma ser composto de dois ou três parágrafos.
- Nas cartas de reclamação, o histórico do que aconteceu é fundamental para convencer o interlocutor de sua responsabilidade no problema e, claro, deve ser escrito no passado.

5. Encerramento (expressão de despedida):

6. Assinatura e nome do remetente:

PLANO DE ESTUDOS

Habilidades:

(EF69LP55X) Reconhecer, considerando a situação comunicativa, as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.

Unidade Temática:

- Análise Linguística/Semiótica

Objeto de Conhecimento:

- Variação linguística.

Olá, estudante!

Neste momento, vamos tratar sobre **a língua falada: conceito e preconceito**, verificando as diferenças entre a fala e a escrita. Vamos relacionar e entender cada situação da linguagem com o contexto em que são produzidas, para evitarmos o preconceito linguístico.

A **língua falada** e a **língua escrita** são duas formas distintas de comunicação que coexistem e se complementam em nossa sociedade.

Ambas desempenham papéis essenciais na transmissão de conhecimento, cultura e experiências humanas.

Língua falada

- Dinâmica.
- Fluente.
- Imediata.
- Adaptada ao contexto e à audiência.
- Permite a interação direta e a expressão de emoções.

Língua escrita

- Mais formal.
- Estruturada.
- Permanente.
- Registra ideias de forma precisa e duradoura.
- Possibilita a disseminação de informações complexas e a preservação do pensamento ao longo do tempo.

Leia a seguinte história:

O grande incêndio na floresta



Trecho da conversa do oficial com um morador:

Oficial:

- O que aconteceu aqui?

Morador:

**- U qui conteceu, foi que sucedeu que um
botijão de gás se exprodiu-se todinho.
Daí, foi um fogaréu, que si ispaiô nos mato
e nas ávres. E nós correu pru rio e se salvemus.**

**Trecho do relatório (escrito) apresentado
pelo oficial aos seus superiores:**

**Chegando ao local, conversei com um morador,
que afirmou que um botijão de gás explodiu,
causando um incêndio que se espalhou pela mata,
queimando as árvores.
Disse que correram para o rio, o que garantiu
que se salvassem.**

(GONÇALVES, 2024b)

No 2º quadro:

A resposta do morador ao oficial dos bombeiros é um exemplo de **língua falada**.

Observe como é mais **informal**.

No 3º quadro:

O relatório apresentado pelo oficial aos seus superiores é um exemplo de **língua escrita**.

Observe como é mais **formal**.

A linguagem é **formal** quando atende à **norma-padrão**:

Regra que serve de padrão, de modelo para outras regras, normalmente se refere à norma que está estabelecida nas gramáticas normativas.

(NORMA-PADRÃO, 2024)

A norma-padrão também não é uma norma rígida ou inflexível, pois ela permite o uso de recursos expressivos, como figuras de linguagem, neologismos, estrangeirismos e gírias, desde que eles sejam adequados ao contexto e ao público-alvo do texto.

(TORRES, 2024)

Entretanto, a língua é dinâmica e está sujeita a inúmeras variações. Essa peculiaridade de toda e qualquer língua é o que chamamos de **variação linguística**, que está sujeita ao contexto histórico, geográfico e sociocultural no qual os falantes estão integrados.

Uma vez que essas variações visam à comunicação, jamais devemos considerá-las erros. Ao apontarmos essas alterações como erro, estamos cometendo o que chamamos de **“preconceito linguístico”**. Como todo preconceito, age-se maquiavelicamente em defesa de um dado status imposto como mais adequado e, por vezes, mais “bonito”.

(PACHECO, 2024)

O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Segundo o linguista Marcos Bagno, o **preconceito linguístico** é gerado pela ideia de que existe uma única língua correta (baseada na gramática normativa). Esse pensamento colabora com a prática da **exclusão social**.

Todo juízo de valor negativo (de reprovação, de repulsa ou mesmo de desrespeito) às variedades linguísticas de menor prestígio social (classes sociais menos favorecidas, as quais, via de regra, têm menor acesso à educação formal ou têm acesso a um modelo educacional de qualidade deficitária), é **preconceito linguístico**.

Leia a tirinha:

Língua falada – linguagem regional



(MAURICIO, 2000)

Percebeu o modo de falar do Chico Bento e da mãe dele?

É uma maneira que as pessoas da região rural (de algumas localidades) falam.

Agora observe uma conversa entre um mineiro e um nordestino:

Leia o seguinte diálogo:

Zé: - Uai, cumpadre Chico, tá bãum, sô?
Onde cô cê comprô essa mandioca?

Chico: - Oxente, rapá! Que cunversa é essa de mandioca?
Tu num tá vendo que é macaxeira, ô Zé?

Você consegue distinguir quem é o mineiro e quem é o nordestino?

ATIVIDADES

1. Defina “**preconceito linguístico**”.

2. Como cada pessoa pode ajudar a combater o preconceito linguístico no Brasil?

3. Marque a alternativa que representa qual é a principal diferença entre a **língua falada** e a **língua escrita**.

- a) A língua escrita é mais formal e estruturada, enquanto a língua falada é mais dinâmica e fluente.
- b) A língua escrita é mais expressiva e natural, enquanto a língua falada é mais formal e permanente.
- c) A língua escrita permite a interação direta e a expressão de emoções, enquanto a língua falada possibilita a disseminação de informações complexas.
- d) A língua escrita é mais elaborada e menos econômica, enquanto a língua falada é mais precisa e duradoura.

4. Observe a conversa entre estas duas pessoas:

Qual é a abordagem terapêutica mais promissora para pacientes com carcinoma de células renais metastático que não respondem à terapia antiangiogênica convencional?



Recentemente, estudos têm apontado para a eficácia dos inibidores de checkpoint imunológico combinados com terapias direcionadas, como a combinação de nivolumabe e cabozantinibe.



(GONÇALVES, 2024c)

Nesse caso, o contexto de variação linguística presente no diálogo é o contexto sociocultural, pois ocorre uma conversa entre dois profissionais de uma mesma situação social e cultural.

A) Qual é a profissão das pessoas que estão conversando?

B) Por que você chegou a essa conclusão?

5. E que tal esta prosa? Leia:

Prosa boa!



(GONÇALVES, 2024d)

Qual é a variação linguística presente nessa imagem?

- A) Variação histórica (que muda de acordo com o tempo)
- B) Variação social (diferenças de acordo com o grupo social).
- C) Variação geográfica (regional = que varia de acordo com a região).
- D) Variação estilística (de acordo com o gênero textual que está sendo usado).

Justifique a sua resposta.

REFERÊNCIAS

ARARIBÁ MAIS. Editora Moderna (org.). **Interdisciplinar: Língua Portuguesa e Arte – 7**. Editora responsável Marisa Martins Sanchez. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2018.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico o que é, como se faz**. 48. e 49. Ed. São Paulo (SP): Edições Loyola, 1999.

BALTHASAR, Marisa; GOULART, Shirley. **Singular & plural**: leitura, produção e estudos de linguagem 7. 3. ed. São Paulo (SP): Moderna, 2018a.

BALTHASAR, Marisa; GOULART, Shirley. **Singular & plural**: leitura, produção e estudos de linguagem 9. 3. ed. São Paulo (SP): Moderna, 2018b.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 05 out. 1988.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Lei 8.069/90. Brasília, 2022.

BRASIL. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. **Estatuto da igualdade racial**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496308/000898128.pdf?sequence=1> . Acesso em: 09 nov. 2023.

GONÇALVES, Giorgio. Carta de solicitação: texto fictício para fins pedagógicos. Belo Horizonte, 2024a.

GONÇALVES, Giorgio. Médicos. Criada utilizando I.A. Copilot. Belo Horizonte, 2024c.

GONÇALVES, Giorgio. O grande incêndio na floresta. Criada utilizando I.A. Copilot. Belo Horizonte, 2024b.

GONÇALVES, Giorgio. Prosa boa! Criada utilizando I.A. Copilot. Belo Horizonte, 2024d.

MARINHO, Fernando. Carta argumentativa. **Português**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.portugues.com.br/redacao/a-carta-argumentativa-.html#:~:text=A%20carta%20argumentativa%20%C3%A9%20um,muito%20importante%20na%20sociedade%20contempor%C3%A2nea>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MAURICIO de Souza Produções. **Chico Bento**, n.363, São Paulo: Globo, dez, 2000.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais**: educação infantil e ensino fundamental. Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1MWlv4JKcei5_OMhpMFF10ENdhgpsH0FW/view . Acesso em: 09 maio 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Educação. **Plano de Curso:** ensino fundamental - anos finais - EJA. Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

Disponível em:

<https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg> . Acesso em: 09 maio 2024.

NORMA-PADRÃO. *In:* Dicio, Dicionário Online de Português. [S. l.], 2024.

Disponível em: <https://www.dicio.com.br/norma-padrao/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. **Se liga na língua:** leitura, produção de texto e linguagem 6. 1. ed. São Paulo (SP): Moderna, 2018.

PACHECO, Mariana do Carmo. Preconceito Linguístico x Variação Linguística. **Mundo Educação**, [s. l.], 2024. Disponível em:

<https://mundoeducacao.uol.com.br/gramatica/preconceito-linguistico-x-variacao-linguistica.htm> . Acesso em: 17 jun. 2024.

RODRIGUES, Jean. ATIVIDADE de português sobre figuras de linguagem.

In: **Blog Professor Jean Rodrigues**, [S. l.], 10 abr. 2018. Disponível em:

<https://www.professorjeanrodrigues.com.br/2018/04/atividade-de-portugues-sobre-figuras-de.html> . Acesso em: 17 jun. 2024.

SANCHEZ, Marisa Martins (Ed.). **Araribá mais:** interdisciplinar: língua portuguesa e arte 6. Editora Moderna (Org.). 1. ed. São Paulo (SP): Moderna, 2018.

SARMENTO, Leila Lauar. **Oficina de redação.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

TORRES, Ellen. Você sabe a diferença entre norma culta e norma padrão da língua portuguesa? **FASPEC**, [s. l.], 2024. Disponível em:

<https://blog.faspec.edu.br/norma-culta-ou-norma-padrao/#> . Acesso em: 17 jun. 2024.